

Exma. Senhora  
Deputada Emília Cerqueira  
Digníssima Presidente da Comissão de Agricultura e Pescas  
Assembleia da República  
Palácio de São Bento  
Lisboa

Palácio de S. Bento, 18 de Junho de 2024

**ASSUNTO:** Audição urgente à Secretária de Estado das Pescas, Cláudia Monteiro de Aguiar, e convite simultâneo à Secretária Regional do Ambiente Recursos Naturais da Região Autónoma da Madeira, Rafaela Fernandes, sobre o contexto da Região Autónoma da Madeira.

Excelentíssima Senhora Presidente,

A indústria pesqueira é uma componente essencial da sociedade, da cultura e da identidade marítima da Região Autónoma da Madeira. Aliás, desde o achamento daquelas ilhas, no início do século XV, a pesca tem sido uma atividade central para as populações locais, que nela encontram um dos seus mais fortes elos de ligação ao vasto Atlântico envolvente. Inicialmente, os pescadores madeirenses exploravam os recursos marinhos de forma artesanal, utilizando embarcações simples e técnicas rudimentares. Com o passar dos tempos, estas práticas foram sendo refinadas e transmitidas de geração em geração, porém mantiveram-se, em grande parte, fiéis aos métodos tradicionais, que respeitam, na sua totalidade, o precioso equilíbrio dos ecossistemas marinhos.

Para todos os efeitos, a pesca que é realizada na Madeira emprega técnicas ancestrais, que são caracterizadas por uma abordagem sustentável e que visam minimizar o impacto ambiental e garantir a continuidade das espécies marinhas. A utilização de métodos como a pesca à linha e o uso de artes de pesca seletivas permite capturar apenas as espécies desejadas, evitando a captura accidental e a sobrepesca. Assim, e de forma exemplar, esta abordagem consciente

assegura que a pesca não constitui uma ameaça ao equilíbrio ecológico dos mares, nem à sobrevivência e reprodução das espécies.

Apesar de tudo isto, ao longo das últimas décadas, a pesca madeirense tem vindo a ser confrontada com desafios significativos, em especial a política de quotas imposta pela União Europeia, assim como outras limitações regionais às zonas de pesca, usando por base condicionalismo ambientais. A mero título de exemplo, as quotas de pesca do atum, que eram de 11.000 toneladas, em 2006, foram reduzidas para cerca de 2.500 toneladas, no presente.

Restrições como estas, que visam o objetivo nobre de garantir a conservação dos recursos marinhos, não fazem qualquer sentido no contexto da Região Autónoma da Madeira, onde a pesca praticada é, por definição, ancestral e de integral respeito pelos ecossistemas marinhos.

Por isso mesmo, as normas europeias e algumas das mais recentes decisões do governo regional têm tido um impacto desproporcional e amplamente negativo na economia local, especialmente na pesca do peixe-espada preto e do atum. A espada, peixe de grandes profundidades, e o atum, espécie pelágica, são de grande valor simbólico e económico para a Madeira. O facto de estarem a ser alvo de cortes severos nas respetivas quotas de captura tem colocado os pescadores madeirenses numa posição desesperante, comprometendo a sua capacidade de sustento e atirando centenas de famílias para a pobreza.

Em termos ainda mais concretos, a esmagadora maioria dos pescadores madeirenses vê-se obrigada a trabalhar apenas dois a três meses por ano, até serem atingidos os limites previstos nas quotas pesqueiras, algo que acontece muito rapidamente. Nos restantes meses, muitos pescadores não têm outra opção senão procurar trabalho noutras áreas com as quais não têm qualquer relação ou enfrentar a penosidade do desemprego. Por outras palavras, a sazonalidade forçada do sector, está a atirar para a miséria comunidades com séculos de história de trabalho contínuo no mar.

Já do ponto de vista da governação, a atual situação está a transformar trabalhadores e contribuintes ativos em subsidiados dependentes de apoios. Os barcos ficam ancorados nos

portos e os pescadores, que outrora passavam longas jornadas no mar, ficam em casa, desesperando na sua espera por melhores dias e políticas mais humanas e mais inteligentes.

Esta transformação drástica, que está a alterar o tecido social de comunidades como o Caniçal e Câmara de lobos, que sempre viveram em estreita relação com o mar, deve-se, única e exclusivamente, a um governo regional, a um Estado português e a uma União Europeia que ainda não perceberam que os pescadores madeirenses não querem subsídios para ficar em casa, nem apoios para abater as frotas. Querem, sim, trabalhar e ganhar a vida de forma honesta, contribuindo, nesse processo, para a riqueza da Região e para o bem-estar do país.

Em boa verdade, haverá maior contrassenso do que, numa região rodeada de mar, com séculos de tradição marítima e pesqueira, com águas povoadas de peixe, mandar os pescadores para o desemprego, lançar as suas famílias na pobreza e obrigar os barcos a ficar no cais?

Porque a capacidade de actuação dos decisores políticos locais aparenta estar comprometida e abertura para diálogo com os pescadores é reduzida ou nula, urge encontrar soluções exequíveis e rápidas para o problema criado, que garantam o desejável equilíbrio entre a conservação dos recursos marinhos e a sustentabilidade das comunidades piscatórias.

Nesse âmbito, as práticas sustentáveis e as técnicas ancestrais utilizadas pelos pescadores madeirenses demonstram que é possível realizar uma pesca responsável que respeite o meio ambiente. A implementação de políticas mais justas e equilibradas pode, portanto, ajudar a garantir que a pesca na Madeira continua a ser uma fonte de sustento e orgulho para as comunidades piscatórias de hoje e para as gerações futuras.

**Sendo a Comissão de Agricultura e Pescas da Assembleia da República a instância preferencial para essa auscultação, requer o Grupo Parlamentar do Partido CHEGA, ao abrigo das disposições regimentalmente aplicáveis, audição urgente de:**

**- Secretária de Estado das Pescas, Cláudia Monteiro de Aguiar, e**

**Que se tomem as diligências necessárias ao convite de:**

- Secretária Regional do Ambiente e Recursos Naturais da Região Autónoma da Madeira,  
Rafaela Fernandes.

Com os melhores cumprimentos,

Os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido CHEGA

Pedro dos Santos Frazão

e

Diva Ribeiro

Eliseu Neves

Jorge Galveias

João Graça

Luísa Areosa

Miguel Arruda

Nuno Gabriel